Por determinação de Sua Excelência o Presidente da A.R. a DSAPS

10 maio '17

Exmo Sr. Presidente da Assembleia da República

Dr. Eduardo Ferro Rodrigues

Assunto: Entrega de petição à Assembleia da República

PETIÇÃO Nº 319/XIII/2ª

Vimos por este meio entregar à Assembleia da República uma petição sobre as dívidas provocadas pelos aumentos abruptos no âmbito da legislação do arrendamento apoiado que finalmente foi alterado, mas as dívidas exorbitantes ficaram e pedimos uma solução política para este problema que afeta centenas de famílias.

Esta petição envolveu os moradores de bairros sociais de Guimarães, Lisboa, Barcelos e Almada, e muitos outros que participaram na petição on-line.

Com os nossos melhores cumprimentos,

Rita Silva

Pela Associação Habita – pelo Direito à Habitação e à Cidade

(Habita.info, habita.colectivo@gmail.com, telefone:

Lisboa, 10 de Maio de 2017

ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
Gabinete do Presidente

N.º de Entrada 575264

Classificação 15/02 / / /

Data 10/05/2017

Petição à Assembleia da República Portuguesa

Pelo fim das dívidas provocadas pela aplicação das leis da renda apoiada

Os regimes de renda apoiada de 1993 (Decreto-*Lei* n.º *166/93*, de 7 de maio) e de 2014 (*Lei* n.º *81/2014*, de 19 de dezembro) criaram fórmulas de cálculo que penalizaram milhares de famílias com aumentos de renda abusivos e desadequados à sua realidade económica, provocando grandes preocupações e angústia perante a incapacidade para o pagamento de aumentos que chegaram aos 800 e aos 1.000%.

Houve famílias que acumularam milhares de euros em dívidas que viram galopar ainda mais com mecanismos de multas que foram aplicadas por algumas autarquias e pelo IHRU.

Presentemente, o bom senso voltou a instalar-se na Assembleia da República e uma maioria reconhece as injustiças e ilegalidades da renda apoiada e o impacto muito negativo da sua aplicação, pelo que se comprometeram a aprovar uma lei que reponha um sistema justo de fórmula de cálculo, levando em consideração o rendimento realmente existente nas famílias, assim como considerando outros critérios importantes para a adequação do pagamento de renda na habitação social.

Havendo um processo em curso que reconhece as injustiças e a completa desadequação dos anteriores sistemas e que vai alterar estas condições, não poderá ser esquecido que as famílias querem e estão disponíveis para pagar rendas justas no futuro, mas estão, muitos delas condicionadas por milhares de euros em dívida, valores que nunca conseguirão pagar, provocando problemas até na aplicação futura da lei.

Assim, pede-se a anulação das dívidas anteriores provocadas pelos aumentos abusivos dos regimes passados de forma a permitir a aquietação social e um recomeço para as famílias e para o novo regime de rendas na habitação social, fechando definitivamente este triste capítulo.

Nome Completo	C.C. ou B.I.
Luce Pawlak	
Elisabete Maia	
[illegible]	
Jorge André Nunes Pereira	
Mariana Nunes Pereira	
Ana Maria Fernandes Nunes Pereira	
Andreia Filipa Oliveira dos Santos	
Iara Isabel Henriques Martins	
Idalina Maria Barata Fernandes	